

9º CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA

**DA DITADURA À DEMOCRACIA: O CARÁTER PACTUADO DA
TRANSIÇÃO E A CONTINUIDADE DAS CARREIRAS POLÍTICAS DE
SENADORES E GOVERNADORES BRASILEIROS**

Autor:

Oscar Augusto Berg

(Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, Brasil)

Área temática:

Comportamento Político, Eleitoral e Lideranças

**Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de
Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política
(ALACIP). Montevideú, 26 a 28 de julho de 2017**

Da ditadura à democracia: o caráter pactuado da transição e a continuidade das carreiras políticas de senadores e governadores brasileiros¹

Oscar Augusto Berg (PUCRS/Brasil) – oscar.b5@hotmail.com

Resumo:

A presente comunicação é um relato de uma pesquisa em curso, que reflete sobre as relações entre o caráter gradual, longo e pactuado da transição política entre a ditadura militar-civil brasileira (1964-1989) e o posterior retorno à democracia e a continuidade de carreiras políticas de senadores e governadores eleitos neste primeiro regime e remanescentes no segundo. Ela apresenta resultados parciais desta pesquisa, analisando os casos das eleições de 1974, 1982 e 1986, que foram escolhidas neste primeiro momento por corresponderem a importantes transformações no interior do regime como, respectivamente, o lançamento do processo de liberalização do regime, a consolidação do bipartidarismo, a desagregação do regime, o retorno ao multipartidarismo, a transição política e a posse de um primeiro governo civil. No agregado das três eleições e dos dois postos considerados, revelou-se que dentre os 145 mandatos identificados no período, 38% deles eram de remanescentes da Quarta República. No que diz respeito à continuidade de carreiras políticas, 81% destes eleitos disputou eleições na democracia, enquanto 54% alcançou o sucesso eleitoral. Testando algumas hipóteses, pudemos concluir que o perfil com maior probabilidade de sucesso no empreendimento de continuação da carreira política na democracia é aquele do remanescente com idade inferior à média do total de eleitos, que exerceu, durante a ditadura, o posto de governador e que pertencera a partidos de sustentação do regime, uma configuração tornada possível justamente em função do caráter negociado da transição política brasileira.

Palavras-chave: Transição; Elites Políticas; Ditadura Militar

1. Introdução

O regime militar-civil brasileiro (1964-1989) continua a impactar a análise da história recente do Brasil. A projeção desta experiência autoritária ocorre tanto do ponto de vista da manutenção de um modelo de crescimento econômico baseado na concentração de renda, na desigualdade social e na inflação, quanto daquele da permanência de uma cultura de violência policial na atuação do Estado, por exemplo, para a repressão de movimentos sociais, assim como daquele da conservação de um sistema multipartidário, cujas origens remontam na reorganização dos sistemas

¹ Gostaria de agradecer aos seguintes colegas pela inestimável ajuda na produção deste texto, sem a qual ele não teria se tornado realidade: Prof. Dra. Teresa Marques Schneider (PUCRS, Brasil), Prof. Dr. Rafael Machado Madeira (PUCRS, Brasil), Carolina Moehlecke (*University of Texas at Austin*, EUA).

partidários vigentes na ditadura (MADEIRA, 2006; MADEIRA, GERARDI, 2014). A presente comunicação tem como objetivo trazer o relato de uma pesquisa em curso, que reflete sobre esta experiência histórica, apresentando o seu desenho de pesquisa, os resultados obtidos até o momento e algumas conclusões parciais emergidas do trabalho realizado.

A pesquisa em curso aborda a temática da transição política ocorrida no Brasil ao final da década de 1980 entre a ditadura militar-civil, de 1964, e o regime democrático regido pela constituição de 1988. Em especial, ela relaciona o caráter gradual, longo e pactuado da transição e a ocorrência do fenômeno de continuidade de elites políticas entre os dois regimes delimitados pela transição política, tomando como foco da análise a continuidade de carreiras políticas dos governadores e senadores eleitos ao longo das seis eleições gerais organizadas durante a ditadura (1966, 1970, 1974, 1979, 1982 e 1986). Ela tem como objetivo elucidar as seguintes questões: os políticos eleitos na ditadura advinham de famílias tradicionais, já possuíam carreiras políticas próprias ou se inseriram no mundo político neste regime? Estes eleitos tentaram manter as suas respectivas carreiras políticas após o final do regime? Em caso afirmativo, eles tiveram êxito em suas empreitadas? Quais os caminhos seguidos no regime democrático? As características dos processos de transição política e de liberalização brasileiros permitem compreender a ocorrência de uma continuidade de carreiras políticas entre os dois regimes políticos distintos?

Na presente comunicação, serão apresentados os dados obtidos para a análise das eleições dos anos de 1974, 1982 e 1986, cuja seleção será justificada em torno da importância destes pleitos no interior do processo de transição política. Estes dados serão comparados de modo a concluir, em especial, a respeito do impacto dos seguintes quatro pontos sobre a tentativa de continuidade da carreira política e do sucesso desse empreendimento: (a) a evolução do fenômeno de continuidade de acordo com a maior proximidade ao momento da transição; (b) a idade do eleito; (c) o posicionamento do eleito em relação ao regime; (d) os postos ocupados pelo eleito durante a vigência do regime autoritário.

2. Metodologia

A escolha pela análise da continuidade das carreiras políticas de governadores e senadores eleitos na ditadura e remanescentes na democracia se deve à disponibilidade dos dados sobre estes eleitos, à possibilidade da realização de uma comparação histórica, que cubra toda a extensão da do período autoritário, à centralidade destes postos nas estratégias partidárias, assim como, pelo fato destes serem os postos eletivos nos quais se aloca uma parte significativa da elite política brasileira. Dado o número bem menor de senadores e governadores em relação àquele de deputados e prefeitos, por exemplo, eles provêm mais raramente do baixo clero e, em sua maioria, tendem a já ter ocupado outros cargos políticos ou construído um histórico relevante na esfera pública (NEIVA, 2011, p. 169). No lugar de investigar a continuidade de carreiras políticas de eleitos quaisquer, a pesquisa se propõe, portanto, a ver a medida na qual detentores de cargos de destaque no ordenamento político do regime de 1964 conseguem dar prosseguimento às suas carreiras apesar da transição política entre dois regimes distintos e, em certa medida, antagônicos. Considerando a manutenção da centralidade dos governadores e senadores na dinâmica política do regime democrático sucessor da ditadura, os dados obtidos aqui sobre a continuidade das suas carreiras políticas podem ser lidos como um *proxy* da continuidade de elites políticas, desde que observadas as seguintes advertências. Em primeiro lugar, a composição da elite política não se restringe apenas aos governadores e senadores, se estendendo para outros cargos eletivos ou não. Em segundo lugar, que a definição de elite política adotada pressupõe critérios que podem determinar que nem todos os eleitos aqui considerados sejam admissíveis ao panteão da elite política brasileira. No âmbito dessa pesquisa, o acesso a cargos eletivos é um aspecto privilegiado na delimitação desse grupo de elite.

O método de análise utilizado na presente pesquisa é o da análise de carreiras políticas. Buscou-se em verbetes biográficos a informação acerca da participação dos governadores e senadores eleitos em 1974, 1982 e 1986 nas eleições realizadas após 1989 e da sua eleição nestas disputas. No âmbito da presente comunicação e da pesquisa em curso, o ano de 1989 foi escolhido como o ponto de passagem entre os dois regimes considerados em função da definição de democracia adotada. Por um longo tempo, o conceito de democracia foi dominado pelos tenores de uma definição submínima, cujo enfoque se concentrava na realização de eleições e na possibilidade de alternância de poder e que, portanto, também ficou conhecido como procedimentalista. Este é o caso, notadamente, de autores seminais como Przeworski e

Schumpeter, este último afirmando que “o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (1961, p. 328). Prefere-se, aqui, adotar uma definição mais robusta do regime democrático, que complete uma definição submínima procedimental. Assim, a definição de democracia adotada envolve quatro dimensões:

A democracia é um regime político: (a) que promove eleições competitivas livres e limpas para o Legislativo e o Executivo; (b) que pressupõe uma cidadania adulta abrangente; (c) que protege as liberdades civis e os direitos políticos; (d) no qual os governos eleitos de fato governam e os militares estão sob controle civil (MAINWARING, BRINKS, PÉREZ-LIÑAN, 2001, p. 645).

A partir desta definição, é possível sustentar a delimitação temporal adotada e o recorte entre dois regimes distintos, um primeiro autoritário e um segundo democrático. O período de troca entre dois regimes políticos distintos pode ser compreendido como uma transição política, uma vez que a sua principal característica é “implica[r] no movimento de uma coisa para outra” (O’DONNEL, SCHMITTER, 1988, p. 107) e que ela se configura como um processo inscrito e delimitado no tempo:

As transições delimitam, de um lado, pelo início do processo de dissolução de um regime autoritário e, do outro, pela investidura de alguma forma de democracia, pelo retorno a algum tipo de regime autoritário ou pela emergência de um regime revolucionário (O’DONNEL, SCHMITTER, 1988, p. 22).

Assim, por um lado, mesmo que nos anos de 1974, 1982 e 1986 tenhamos tido eleições, é preciso notar que a sua realização se dá no âmbito de uma carta constitucional adotada e ulteriormente emendada em um contexto autoritário. Trata-se de um regime autoritário na medida em que nenhuma das quatro condições para o regime democrático acima elencadas é respeitada. Por outro lado, a aprovação de uma nova constituição, em 1988, e, sobretudo, a realização de eleições presidenciais, em 1989 – com a posse do eleito em março de 1990 – marcam o final do regime autoritário e a passagem a um regime democrático. Nestas ocasiões, realizam-se eleições limpas, competitivas e decisivas para o mais alto posto da ordem institucional brasileira, cujo vencedor é empossado em um âmbito de saída dos militares da competição eleitoral. Por esta razão, o ano de 1989 é tomado como o ponto de corte entre ambos os regimes²

² É preciso manter em mente, no entanto, que 1989 não deve ser entendido como a celebração da democratização, mas como uma de suas etapas iniciais. Uma das avaliações possíveis sobre a

e, portanto, para a análise das carreiras políticas desenvolvidas sob estes dois ordenamentos.

De acordo com Costa et al. (2015), a seleção de fontes para a pesquisa sobre carreiras políticas de elites políticas deve respeitar três fatores principais: (a) a acessibilidade dos dados desejados; (b) a possibilidade do uso direto e rápido dos dados (o que, na opinião destes autores, limita o uso de biografias pessoais); e (c) a cobertura ampla do percurso biográfico, ou, no presente caso, da carreira política.

Tendo em mente estas advertências e o desenho da pesquisa, elencou-se como fonte primária da obtenção dos dados o *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro* (DHBB). Produzido desde 1984 pelo CPDOC-FGV e atualmente disponibilizado em meio *online*, o DHBB disponibiliza notas biográficas sobre indivíduos presentes nas cenas políticas nacional e estadual a partir do levante revolucionário de 1930, agregando dados sobre membros dos poderes executivo, legislativo, judiciário e militar, além de funcionários públicos como diplomatas e dirigentes de autarquias e membros de destaque da sociedade civil, como líderes de movimentos sociais e jornalistas. De modo geral, é possível notar a existência de uma estrutura básica comum aos verbetes do DHBB.

Essa estrutura é composta por informações familiares, formação universitária, carreira política e atividades desempenhadas pelo indivíduo ao deixar de exercer funções públicas. Essa é a ordem em que as informações são apresentadas, e ainda que o grau de detalhamento varie muito entre os verbetes, essa disposição parece ser constante. Todos os verbetes apresentam a lista das fontes consultadas para a sua elaboração, sendo elas majoritariamente compostas de matérias publicadas na imprensa, livros e memórias publicadas pelos biografados e, ocasionalmente, entrevistas com seus familiares (COSTA ET AL, 2015, p. 79).

A partir dessa fonte, foram montadas fichas biográficas para cada um dos eleitos dos anos de 1974, 1982 e 1986, nas quais estão reunidas as seguintes informações: (a) data de nascimento; (b) ascendentes ocuparam postos eletivos; (c) ocupou cargos eletivos antes do golpe de 1964; (d) número e qualificação de cargos eletivos ocupados antes da eleição ao posto em análise; (e) idade no momento da eleição; (f) falecimento

democratização, veiculada, entre outros, por Codato (2005) e Santos (2007), afirma os governos Collor, Franco e Cardoso como o período de consolidação do regime inaugurado em 1989 e a eleição de Lula, em 2002, na medida em que ela marca a chegada da esquerda ao poder, como o término desse processo. O recente controverso processo de destituição de Dilma Rousseff, sucessora de Lula, trouxe de volta à tona questionamentos se, de fato, o Brasil teria alcançado a sua plena democratização.

anterior à 1989; (g) cargos eletivos disputados após 1989; (h) cargos eletivos obtidos após 1989; (i) cargos atualmente ocupados; (j) data de falecimento (k) descendentes ocuparam postos eletivos.

Apesar de o DHBB ter se mostrado particularmente adaptado às necessidades da presente pesquisa, é preciso, no entanto, fazer algumas observações a respeito de suas limitações. Em primeiro lugar, nem todos os eleitos possuem verbetes em seu nome, como no presente caso pode ser verificado para o acreano Nabor Júnior³ e o pernambucano Antônio Farias⁴, o que corresponde a 1,42% do universo de indivíduos pesquisados e 1,26% do total de mandatos analisados. Em segundo lugar, a atualização do DHBB é lenta (COSTA ET AL., 2015, p. 76), o que se revela um obstáculo, em especial, para a coleta de informações mais recentes. De modo geral, os verbetes apresentaram informações atualizadas até o final dos anos 2000 e início dos anos 2010. Em função dessa limitação, as informações posteriores a estas datas foram coletadas através da consulta de diferentes fontes, como os perfis dos políticos no Senado, as suas páginas pessoais e notícias veiculadas na mídia.

Ao total, foi inicialmente identificado um corpo de 141 indivíduos e de 159 mandatos⁵. Como está sendo proposta demonstrar a continuidade de carreiras políticas, o corpo de análise foi, para cada eleição, reduzido dos eleitos falecidos antes de 1989. Esta é uma das razões pelas quais o número de eleitos analisados flutua ao longo do tempo para cada um dos dois postos considerados⁶. Finalmente, cada entrada na base de dados corresponde à carreira de um indivíduo até o momento de ocupação do mandato de governador ou senador ao qual ele ascende na eleição em questão.

3. Os contextos das eleições de 1974, 1982 e 1986

³ Eleito governador do Acre em 1982 e senador pelo mesmo estado no ano de 1986 pelo PMDB.

⁴ Eleito senador por Pernambuco em 1986 pelo PMB.

⁵ Essa diferença se deve ao fato que um mesmo indivíduo possa ter ocupado mais de um posto ao longo destas três eleições, seja por meio da reeleição ao Senado seja pela passagem entre os mandatos de senador e governador e vice-versa. Ao total, dezesseis indivíduos ocuparam dois postos ao longo destas três eleições, enquanto apenas um (o alagoano Divaldo Suruagy) obteve vitórias eleitorais nos três pleitos considerados. Um restante de 124 indivíduos venceu apenas uma das eleições consideradas.

⁶ Dentre as outras razões podemos destacar o reconhecimento de novas unidades federativas entre os anos de 1974 e 1986, nomeadamente Mato Grosso do Sul (1979) e Rondônia (1981), e o fato que as renovações do Senado variam entre 1/3 e 2/3 dos membros da casa.

As eleições de 1974, 1982 e 1986 foram escolhidas, pois elas correspondem a importantes momentos de transformações do regime inaugurado em 1964. De acordo com Codato (2005), o regime atravessou, entre 1964 e 1989, cinco fases distintas, desde a sua constituição até a sua transição. Os seus dez primeiros anos encerram as suas fases de constituição e consolidação, ao longo das quais a dita linha dura fora capaz de exercer uma grande influência junto à administração do Estado, o que traduziu-se pela aprovação dos principais dispositivos autoritários utilizados pelo regime para o controle da vida política e a distorção das instituições básicas da democracia liberal herdadas da Quarta República (O'DONNELL, SCHMITTER, 1988).

Neste cenário, as eleições de 1974 foram marcadas por ocorrer no início da fase de transformação do regime, que corresponde aos cinco anos do mandato presidencial de Ernesto Geisel (1974-1979), ao longo do qual foi lançado o projeto presidencial de distensão política, a saber, “a substituição ou [o] afrouxamento de algumas regras com vistas a diminuir a repressão e restabelecer alguns direitos individuais ou coletivos e, fundamentalmente, subordinar e restabelecer a unidade interna às Forças Armadas” (MATHIAS, 1995, p. 151-152).

Ainda que o próprio Geisel empregasse distensão como um sinônimo de democratização, é importante ter em mente que distensão e democratização dizem respeito a duas realidades diferentes, ainda que estejam intimamente relacionadas (MARQUES, 2010, p. 62). A distensão é um exemplo de liberalização, ou seja, “processo de tornar efetivos determinados direitos que projetam tanto os indivíduos como os grupos sociais de atos arbitrários ou ilegais cometidos pelo Estado ou por uma terceira parte” (O'DONNELL, SCHMITTER, 1988, p. 22). A democratização, por sua vez,

Refere-se aos processos mediante os quais as regras e procedimentos da cidadania são aplicados a instituições políticas previamente dirigidas por outros princípios [...], ou são expandidos, para incluir pessoas que antes não gozavam desses direitos nem estavam submetidas a essas obrigações [...] ou, ainda, estendidos de forma a dar conta de temas e instituições que previamente não se encontravam sujeitas à participação dos cidadãos (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988, p. 26).

Portanto, fica claro que, enquanto a liberalização diz respeito ao lançamento de um processo de transição, ela não constitui a democratização, que se configura como a consolidação de um regime democrático (MARQUES, 2010, p. 63). Desta forma, nem

as eleições de 1974 nem as posteriores disputas nos anos de 1982 e 1986 envolvem a democratização, se limitando ao avanço do processo de liberalização. Assim, as eleições de 1982 e 1986 transcorreram ao longo, consecutivamente, da desagregação do regime ditatorial, no governo Figueiredo, e da transição, sob tutela militar, para um regime liberal-democrático, no governo Sarney (CODATO, 2005, p. 87-88). Além de corresponderem a períodos de mudanças globais do regime autoritário, as eleições de 1974, 1982 e 1986 encerram importantes transformações no sistema de partidos *mis en place* pela ditadura.

As eleições de 1974 marcam a consolidação do bipartidarismo instituído pelo Ato Institucional Dois, de 1965. Deste momento até 1974, o bipartidarismo, instaurado para assegurar a formação de uma legenda de apoio ao regime (a ARENA) e conceder uma fachada democrática ao regime autoritário (KINZO, 1980, p. 218), ao permitir a existência de uma legenda de oposição moderada (o MDB), havia se caracterizado pela artificialidade, dada a sua origem autoritária, o seu objetivo transitório – de “saneamento da vida nacional, tão conturbada e corrompida antes de 1964” (GEISEL, 1978 Apud. MATHIAS, 1995, p. 152) – e a permanência dos “fantasmas dos partidos extintos” (KRIGER, 1976, p. 306).

[A artificialidade] é em grande medida fruto da coexistência no interior das duas legendas de adversários ferrenhos em seus respectivos redutos eleitorais. Dito em outras palavras: a artificialidade que marca principalmente a fase inicial do bipartidarismo resulta diretamente da coerência das disputas eleitorais que haviam ocorrido nas últimas duas décadas no interior de cada estado da Federação (MADEIRA, 2006, p. 55).

Assim, foi a substituição, no interior das duas legendas, das antigas clivagens herdadas do multipartidarismo da Quarta República (1946-1964) por novas clivagens relacionadas à dinâmica política própria ao regime de 1964, que permitiu a consolidação do bipartidarismo. No seio do MDB, toma destaque a ascensão da disputa entre os autênticos e os moderados, enquanto na ARENA, passou-se a registrar a luta entre as lideranças tradicionais remanescentes da Quarta República contra as novas lideranças promovidas pelo governo central. Esta nova configuração, ao tornar mais claras as diferenças ideológicas entre os dois partidos, potencializou a viabilidade eleitoral do MDB (MADEIRA, 2006, p. 75), cristalizada pela estrondosa vitória nas eleições de 1974 ao Senado. Em novembro deste ano, contrariando todas as expectativas, o MDB elegeu 16 senadores e a ARENA apenas 6. Estes resultados consolidaram o papel do

MDB como representante dos anseios populares pela abertura política e democratização, função que ele até então dividia com os votos em branco e, desta forma, fez emergir um caráter plebiscitário para a disputa eleitoral bipartidária.

Este reforço do bipartidarismo fez com que a aceitação da manutenção de um partido de oposição se convertesse de uma fachada democrática para a legitimização do novo regime em um canal disponível para a contestação do regime e um elemento de dinamização da transição política (CODATO, 2005, p. 95). Neste contexto, a reforma partidária aprovada em 1979 (Lei nº 6767), que extinguiu a ARENA e o MDB – substituídos, respectivamente, pelo PDS e pelo PMDB – e autorizou a criação de novos partidos, teve como objetivo fragmentar o voto oposicionista e quebrar o caráter plebiscitário da disputa eleitoral, de maneira a assegurar a obtenção mais tranquila de maiorias para o partido do regime (ARTURI, 2001; KINZO, 1994; FERREIRA ET AL, 2008). A reforma trouxe desafios tanto para os eleitores, que precisaram se adaptar à emergência de novas clivagens, perfis ideológicos e propostas programáticas, quanto para os políticos.

As elites políticas, por sua vez, também estavam diante de alguns desafios, dentre eles, criar e estruturar novos partidos em todo território nacional, exigência da legislação partidária. E, além disso, adaptar-se ao recém-inaugurado panorama plural da competição política, buscar um diferencial que lhes conferisse um perfil programático ou ideológico, tornar o partido conhecido do eleitorado e, sobretudo, conquistar seu apoio. No âmbito desse processo, lideranças foram reintegradas à vida pública, beneficiadas pela anistia, e procuraram se restabelecer e conquistar seu espaço na disputa política. Além disso, novos atores políticos surgiram e entraram no mercado eleitoral (FERREIRA ET AL, 2008, p. 433).

As eleições de 1982 são marcadas não apenas por serem as primeiras a transcorrer em um âmbito multipartidário desde a extinção dos partidos da Quarta República, como também pela aplicação do Pacote de Novembro, que introduziu o voto vinculado, obrigando o eleitor a votar em candidatos de um mesmo partido em todos os cargos em disputa⁷, a proibição de coligações eleitorais e a imposição da apresentação de chapas completas, tendo como consequência inviabilizar certo número de pequenas formações políticas, como o PP de Tancredo Neves, o qual decidiu por se fundir ao PMDB, líder da oposição. Assim, no lugar de tornar mais fácil a vitória eleitoral do PDS, estas novas regras eleitorais acabaram por dar uma nova e decisiva dinâmica ao

⁷ As eleições gerais de 15 de novembro de 1982 elegeram os seguintes cargos: governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos e vereadores.

principal partido de oposição, mantendo o caráter plebiscitário da disputa eleitoral (ARTURI, 2001, p. 19).

Ainda, as eleições de 1982 trazem como novidade o fato dos governadores serem eleitos pelo voto direto. Anteriormente a este pleito, a última ocasião na qual os governadores haviam sido eleitos pelo voto direto fora em 1965, quando a vitória da oposição na Guanabara e em Minas Gerais⁸ deflagrou uma profunda crise político-militar cuja saída foi identificada em torno da instauração do bipartidarismo, da eleição indireta para a presidência da República e da prerrogativa do Presidente cassar o mandato e os direitos políticos de qualquer eleito ou cidadão (KINZO, 1994, p. 143). A extensão da eleição indireta aos governos estaduais, com o Ato Institucional Três, de 1966, assegurou uma vida tranquila para o regime. No ano de 1974, por exemplo, todos os governos estaduais eram detidos pela ARENA, enquanto em 1970 e 1978 apenas a eleição indireta no estado do Rio de Janeiro levava a uma vitória do MDB. Em 1982, no entanto, o avanço das forças oposicionistas já é manifesto. No retorno do voto direto, ainda que o PDS tenha feito o maior número de governadores (12), a oposição foi capaz de eleger 10 governadores, sendo 9 do PMDB e 1 do PDT. Em virtude do voto vinculado, o PDS também venceu a disputa pelo Senado, fazendo 15 eleitos⁹, enquanto o PMDB e o PDT mantiveram, respectivamente, 9 e 1 eleitos.

No momento de analisar as eleições de 1986 é preciso tomar em consideração duas outras mudanças em relação às eleições de 1974 e de 1982. Em primeiro lugar, assume especial destaque o fato de que, neste ano, as eleições foram realizadas sob a vigência do primeiro governo civil instaurado desde o movimento de 1964. Com efeito, o colégio eleitoral elegeu pela via indireta, em 1985, o candidato da Aliança Democrática, chapa oposicionista, Tancredo Neves, contra o candidato do regime, Paulo Maluf. No entanto, o Presidente eleito não chegou a ser empossado no cargo em decorrência de um grave problema de saúde, que acabaria por lhe tirar a vida. Em seu lugar, assumiu o seu vice, José Sarney, detentor de uma longa carreira política realizada no seio da UDN, da ARENA e do PDS, partido do qual ele fora, inclusive, o primeiro presidente. No entanto, a ascensão de Paulo Maluf no seio do PDS no momento do

⁸ Foram os eleitos os candidatos do PSD Negrão de Lima, na Guanabara, e Israel Pinheiro da Silva, em Minas Gerais.

⁹ A diferença entre o número de governadores e senadores eleitos pelo PDS, apesar do voto vinculado, se explica pelo fato do estado de Rondônia ter escolhido três senadores, ao contrário dos demais estados, que elegeram apenas um representante, em 1982.

debate sobre a sucessão do Presidente Figueiredo levou Sarney e outros membros do PDS a romper com o antigo partido, criar o PFL e formar uma aliança eleitoral com o PMDB para a eleição presidencial.

A segunda diferença nas eleições de 1986 a ser destacada é revogação do voto vinculado, aplicado para a eleição de 1982, sendo permitido, a partir de então, o voto em candidatos de diferentes partidos. Neste cenário, o PMDB reforçou a sua liderança do bloco oposicionista, registrando esmagadoras vitórias nas eleições estaduais e senatoriais de 1986, em função da euforia produzida pelo Plano Cruzado, lançado mais cedo naquele ano pelo Presidente Sarney. Nos governos estaduais, o PMDB venceu em 22 estados, perdendo apenas no Sergipe, onde venceu o PFL, liderado pelo dissidente da ARENA/PDS Antônio Carlos Valadares. No Senado, o PMDB elegeu 38 representantes, muito a frente dos demais partidos¹⁰. Resta, agora, verificar a continuidade das carreiras políticas destes eleitos.

4. A continuidade de carreiras políticas dos eleitos em 1974, 1982 e 1986

A tabela 1 resume os dados sobre a carreira política dos governadores e senadores eleitos em 1974, 1982 e 1986 no regime político anterior, bem como as informações sobre as suas tentativas de continuação de suas carreiras políticas no retorno à democracia e sobre o sucesso desses empreendimentos.

¹⁰ Além dos 38 senadores do PMDB, foram eleitos 7 do PFL, 2 do PDS, 1 do PDT e 1 do minúsculo PMB.

Tabela 1 – Continuidade de eleitos em 1974, 1982 e 1986

Posto	Ano	N	Eleito antes de 1964		Disputa eleições após 1989		Vence eleições após 1989	
			n°	%	n°	%	n°	%
Governadores	1974	18	8	44,44	7	38,89	5	27,78
	1982	20	9	45	20	100	19	95
	1986	23	7	30,43	22	95,56	17	73,91
	SUBTOTAL	61	24	39,34	49	80,33	41	67,21
Senadores	1974	15	10	66,67	9	60	4	26,67
	1982	23	7	30,43	21	91,30	15	65,22
	1986	46	15	32,61	39	84,78	19	41,30
	SUBTOTAL	84	32	38,10	69	82,14	38	45,24
TOTAL	145	56	38,62	118	81,38	79	54,49	

Fonte: Autoria Própria

A partir destes dados, pode-se verificar que, na comparação temporal percebemos dois movimentos. Por um lado, diminui, ao longo da ditadura, a frequência de eleitos oriundos do regime democrático anterior ao Golpe de 1964. Por outro lado, aumenta a frequência de eleitos que disputam eleições no posterior período democrático e que as vencem, como é possível perceber nos gráficos abaixo para, respectivamente, o caso dos governadores e senadores remanescentes na democracia.

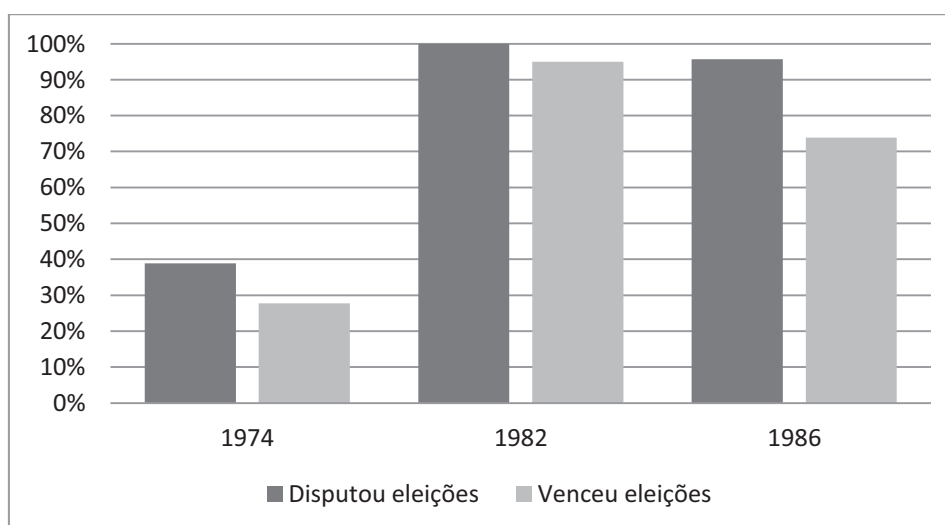


Gráfico 1: Histórico 1974, 1982 e 1986 da continuidade de carreiras de governadores

Fonte: Autoria própria

O Gráfico 1 apresenta, por um lado, um notável crescimento em relação à proporção de governadores eleitos ao longo das três eleições em análise que tentam e continuam as suas carreiras políticas na democracia. Entre 1974 e 1982, nota-se um incremento de 257% dos governadores remanescentes que disputam eleições na democracia e de 342% na proporção dos que atingem o sucesso eleitoral. Na comparação entre 1974 e 1986, os resultados são globalmente compatíveis com estes anteriores, registrando-se o incremento de, respectivamente, 246% e 266%. Por outro lado, as três eleições mantêm em comum a alta taxa de sucesso dos empreendimentos dos governadores da ditadura remanescentes na democracia: ela alcança 71,43% em 1974; 95% em 1982; e 77,27%, em 1986.

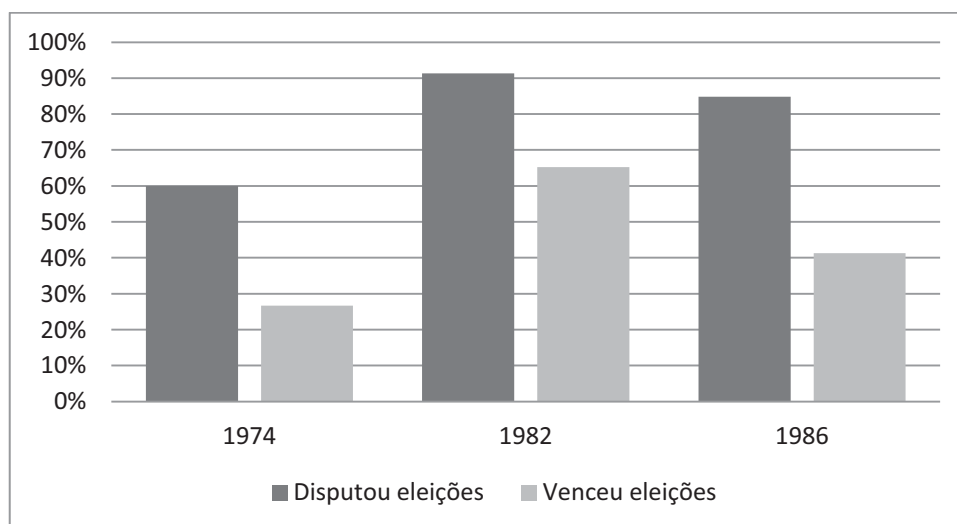


Gráfico 2: Histórico 1974, 1982 e 1986 da continuidade de carreiras de senadores
Fonte: Autoria própria

Em relação aos senadores, como demonstrado pelo Gráfico 2, também é possível perceber o crescimento da frequência da disputa de eleições na democracia e da vitória em eleições na democracia, quando comparadas as eleições de 1974, 1982 e 1986. Entre 1974 e 1982, há um incremento de 152% no número de senadores que disputam eleições na democracia e de 245% naquele dos senadores que vencem eleições na democracia. Já entre 1974 e 1986, o incremento da frequência de candidaturas é globalmente semelhante (141%), enquanto aquele da frequência da obtenção de cargos eleitos é substancialmente menor (155%). Esta diferença se deve ao fato de uma menor

proporção de senadores eleitos em 1986 vencer as suas disputas eleitorais realizadas na democracia (41,30%) em comparação a 1982 (65,22%). No que diz respeito às taxas de sucesso dos empreendimentos eleitorais dos senadores remanescentes na democracia, enquanto se atinge um pico para o ano de 1982 (71,43%), os valores dos extremos são sensivelmente compatíveis, 44,44%, para 1974, e 48,72%, para 1986. Portanto, ao passo que a taxa de sucesso das candidaturas dos governadores sempre se manteve alta, a dos senadores ficou apenas uma vez acima da média, atingindo apenas o valor mínimo obtido pelos senadores.

Os dados resultantes da análise das eleições de 1974, 1982 e 1986 permitem concluir a ocorrência do fenômeno de continuidade de carreiras políticas. Quanto mais próximo o ponto de análise do momento da transição, mais visível é este fenômeno. Dos 33 eleitos de 1974 com condições de continuar as suas carreiras políticas, 49% deles disputou eleições e 27% venceu eleições na democracia. Dos 43 eleitos de 1982, 95% disputou eleições e 79% venceu eleições na democracia. Por fim, dos 69 eleitos de 1986, 88% disputou eleições e 55% venceu eleições na democracia. Assim, apesar do retumbante aumento entre 1974 e 1986, são as eleições de 1982 que apresentam os dados mais elevados sobre a continuidade de carreiras políticas. A ocorrência deste fenômeno pode ser atestada tomando-se em consideração que a taxa de sucesso dos empreendimentos eleitorais dos remanescentes na democracia, que alcança 56,25%, em 1974; 82,93%, em 1982; e 62,30%, em 1986. Ou seja, sempre a maior parte dos candidatos remanescentes da ditadura é eleita na democracia.

Tomando-se em consideração o desenho da pesquisa apresentado na introdução, as sessões seguintes buscam explicar a ocorrência do fenômeno de continuidade de carreiras políticas de governadores e senadores remanescentes da ditadura na democracia testando quatro variáveis, a saber: (a) a inserção da política no regime democrático anterior ao golpe de 1964; (b) a idade do eleito; (c) a filiação do eleito durante a ditadura; (d) os cargos ocupados durante a ditadura.

4.1 A carreira política anterior

Como visto anteriormente, a frequência de remanescentes da Quarta República na Ditadura diminuiu com o tempo, passando, no caso dos senadores, de 64% do total de

22 eleitos em 1974 para 32% do total de 47 eleitos de 1986 para os quais os dados estão disponíveis, ou ainda, no caso dos governadores, de 43% a 30% entre 1974 e 1986¹¹. De qualquer forma, a presença de remanescentes da Quarta República no interior do universo de análise é notável: dentre os 61 mandatos de governador analisados, 24 deles (aproximadamente 40%) foram exercidos por indivíduos tendo ocupado cargos eletivos no regime democrático anterior. Já no caso dos senadores, dos 84 mandatos analisados, 32 deles foram exercidos por antigos eleitos da Quarta República, o que equivale a 38%. Portanto, foi analisado o impacto desta carreira política anterior à ditadura sobre a tentativa e o sucesso de continuidade de carreiras políticas na democracia de 1988. Os resultados foram resumidos pela tabela abaixo.

Tabela 2 – Continuidade de carreiras x Carreira anterior ao Golpe Militar

Posto	Ano	N	Carreira anterior a		Disputa eleições		Vence eleições		Taxa de sucesso (%)
			1964	n	n'	%	n''	%	
Governadores	1974	18	Sim	8	3	37,5	2	25	66,67
			Não	10	3	30	3	30	100
	1982	20	Sim	9	9	100	8	88,89	88,89
			Não	11	11	100	11	100	100
	1986	23	Sim	7	7	100	6	85,71	85,71
			Não	16	15	93,75	11	68,75	73,33
SUBTOTAL		61	Sim	24	19	79,17	16	66,67	84,21
			Não	37	29	78,38	25	67,57	86,21
Senadores	1974	15	Sim	10	5	50	2	20	40
			Não	5	4	80	2	40	50
	1982	23	Sim	7	6	85,71	4	57,14	66,67
			Não	16	15	93,75	11	68,75	73,33
	1986	46	Sim	15	12	80	6	40	50
			Não	31	27	87,10	13	41,94	48,15
SUBTOTAL		84	Sim	32	23	71,88	12	37,5	52,17
			Não	52	46	88,46	26	50	56,52
TOTAL		145	Sim	56	42	75	28	50	66,67
			Não	89	75	84,27	51	57,30	68

Fonte: Autoria própria

¹¹ A evolução é menos espetacular no caso dos governadores, quando comparado àquele dos senadores, em virtude da menor presença inicial de remanescentes da Quarta República, o que, por sua vez, pode ser justificado a partir do fato do regime ter efetuado um recrutamento menor entre estes quadros em comparação à oposição emedebista, como atesta o quadro das eleições de 1974 ao Senado, nas quais a maior parte dos eleitos é filiada ao MDB.

Quando reunidos os dados para as três eleições e os dois postos considerados, obtém-se o resultado de que os eleitos que não ocuparam cargos eletivos na Quarta República apresentam uma maior frequência, em comparação aos eleitos remanescentes deste regime, de candidaturas e de vitórias eleitorais após 1989. No entanto, a taxa de sucesso destes dois grupos (remanescentes e não-remanescentes) é praticamente a mesma, inclusive quando consideramos apenas os governadores ou apenas os senadores. Este achado nos revela que, ao menos para o caso das eleições de 1974, 1982 e 1986, o fato de ter ou não ocupado um posto eletivo antes do Golpe de 1964 não impacta no desempenho eleitoral no regime democrático de 1988.

Ainda que a ocupação de cargos eletivos anteriormente ao Golpe de 1964 não seja um fator explicativo da permanência dos eleitos na ditadura no novo regime democrático, a sua análise permite diferenciar seis perfis nos quais os governadores e senadores eleitos na ditadura podem ser situados em relação à continuidade das suas carreiras políticas na democracia, conforme o seguinte quadro:

Perfil	Carreira prévia a 1964	Carreira posterior a 1988	Frequência
1	Com carreira	Candidato eleito	28
2	Com carreira	Candidato	14
3	Com carreira	Sem carreira	20
4	Sem carreira	Candidato eleito	51
5	Sem carreira	Candidato	25
6	Sem carreira	Sem carreira	21

Quadro 1 – Perfis de continuidade de carreiras políticas

Fonte: Autoria própria

No que diz respeito à continuidade de carreiras políticas, o quadro permite estabelecer dois grandes perfis, sejam aqueles dos políticos eleitos no período democrático anterior à ditadura, ao longo da ditadura e no período democrático posterior e dos políticos eleitos na ditadura e no período democrático posterior, sendo este segundo numericamente superior (51 casos contra 28 casos para o primeiro perfil).

Por um lado, os primeiros conseguiram se alocar na ordem autoritária inaugurada em 1964 e, firmando seu protagonismo político, foram capazes de se manter

entre a elite política no período propriamente democrático da Nova República. Oriundo de uma família com tradição política na cidade de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, Saturnino Braga, por exemplo, foi deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro entre 1963 e 1967, até ter tido sua candidatura à reeleição impugnada pela Ditadura militar e, após ter sido eleito Prefeito do Rio de Janeiro no final do período autoritário, se elegeu, respectivamente, vereador da capital carioca, em 1996, e Senador pelo Rio de Janeiro, em 1998, realizando estes mandatos por diversas formações de centro-esquerda e esquerda (PDT, PSB e PT, respectivamente). Por outro lado, para os segundos, o regime autoritário permitiu o seu acesso à elite política, status que foi mantido no período democrático. Eleito senador em 1974, Itamar Franco foi eleito vice-presidente nas primeiras eleições democráticas da Nova República e exerceu a função de chefe de Estado entre 1992 e 1994 graças à renúncia de seu colega de chapa, Fernando Collor. Após concluir seu mandato presidencial interino, ele ainda seria nomeado Embaixador nas capitais portuguesa e italiana e junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) e eleito ao governo do Estado de Minas Gerais e ao Senado Federal por este mesmo estado. No período democrático, Itamar foi filiado a três formações: ao PRN, ao PMDB e, por fim, ao PPS.

Na medida em que a carreira anterior não se revelou um fator explicativo da continuidade de carreiras políticas, outras hipóteses foram testadas.

4.2 O fator geracional

Considerando, como demonstrado anteriormente, que quanto mais próximo do momento da transição é situado o foco da análise, mais notável é a continuidade de carreiras políticas entre os dois regimes, é preciso avaliar a idade do eleito como um incentivo ou uma barreira em um projeto de continuação de carreiras políticas e no sucesso eleitoral. Assim, é levantada a hipótese de que quanto mais jovem um governador ou senador eleito na ditadura maiores são os incentivos para que ele dispute eleições no regime posterior e quanto mais velho, menores os incentivos e, inversamente, maiores as barreiras.

Na tabela abaixo os governadores e os senadores eleitos em 1974, 1982 e 1986 foram divididos em dois grupos em função da idade média do conjunto de eleitos em

cada ano e para posto. Por mais novos, entende-se aqueles cuja idade é igual ou inferior à média do grupo. Inversamente, por mais velhos entende-se aqueles cuja idade é superior à média. O cálculo da média foi realizado tomando-se em consideração apenas os eleitos vivos no momento da transição à democracia (ou seja, considerando apenas aqueles com possibilidade de continuar suas carreiras no novo regime).

Tabela 3 – Média de idade e continuidade de carreiras políticas

Posto	Ano	N	Idade média (anos)	Grupo	n	Disputa eleições		Vence eleições		Taxa de sucesso (%)
						n'	%	n''	%	
Governadores	1974	18	50,44	Mais jovens	10	7	70	5	50	71,43
				Mais velhos	8	0	0	0	0	0
	1982	20	46,80	Mais jovens	10	10	100	10	100	100
				Mais velhos	10	10	100	9	90	90
	1986	23	49,50	Mais jovens	14	14	100	10	71,43	71,43
Mais velhos				9	8	88,89	7	77,78	87,50	
SUB TOTAL	61	48,88	Mais jovens	33	32	96,97	26	78,79	81,25	
			Mais velhos	28	17	60,71	15	53,57	88,24	
Senadores	1974	15	47,53	Mais jovens	9	7	77,78	4	44,44	57,14
				Mais velhos	6	2	33,33	0	0	0
	1982	23	48,35	Mais jovens	14	14	100	10	71,43	71,43
				Mais velhos	9	7	77,78	5	55,56	71,43
	1986	46	53,61	Mais jovens	25	22	88	10	40	45,45
Mais velhos				21	17	80,95	9	42,86	52,94	
SUB TOTAL	84	51,08	Mais jovens	50	43	86	26	52	60,47	
			Mais velhos	34	25	73,53	12	35,29	48	
TOTAL	145	50,16	Mais jovens	82	72	87,81	52	63,42	72,22	
			Mais velhos	63	44	69,84	27	42,86	61,36	

Fonte: Autorial própria

Os dados demonstram que, à exceção das eleições de 1982 aos governos estaduais, para as quais foram registrados números excepcionalmente altos de continuidade de carreiras políticas independentemente da idade dos eleitos, os jovens governadores e senadores sempre são mais numerosos que os seus pares mais velhos à disputar eleições no regime democrático. É possível perceber que ainda que a proporção dos jovens que disputam eleições na democracia se mantenha mais elevada que a dos mais velhos ao longo de todo o período, a medida em que a transição à democracia se aproxima esta diferença diminui. A título de exemplo, enquanto em 1970 70% dos jovens senadores disputou eleições na democracia e nenhum senador mais velho o fez, em 1986 todos os senadores mais jovens disputaram eleições, bem como 88,89% dos mais velhos. Em relação à eleição na democracia, para todos os anos e os dois postos, os jovens são sempre mais numerosos que os mais velhos a alcançar cargos eletivos no novo regime. No entanto, mais uma vez, a vantagem dos mais jovens sobre os mais velhos diminui à medida que se aproxima a data da transição. Ao passo que em 1974 todos os governadores e senadores que conquistaram a eleição na democracia se situavam entre os mais jovens, em 1986 os mais jovens representam 58,82% e 52,63% do total de, respectivamente, governadores e senadores eleitos na democracia.

O aumento registrado entre 1974 e 1986 do número de governadores e senadores mais velhos que vencem eleições na democracia, ao mesmo tempo em que a proporção dos que as disputam continua mais baixo em comparação à dos mais jovens faz com que, na última eleição realizada para estes dois postos sob a ditadura, tanto os governadores quanto os senadores mais velhos apresentem taxas de sucesso mais elevadas para as suas candidaturas quando comparados aos mais jovens (87,50% x 71,43% no caso dos governadores e 52,94% x 45,45% naquele dos senadores). No entanto, considerando-se todo o período e agregando os dados para os governadores e os senadores, a vantagem dos mais jovens é nítida. Em especial, a sua taxa de sucesso das disputas eleitorais na democracia é 17% superior àquela dos mais velhos.

4.3 A filiação partidária

Os processos de liberalização de regimes autoritários e de transição à democracia reunidos em torno da terceira onda de democratização (HUNTINGTON, 1991), se desenvolveram ao mesmo tempo no interior de diferentes sistemas políticos. Este registro de concomitância incentivou vários autores a explorar as possibilidades de identificação de características comuns a esses processos. A percepção de semelhanças entre estes diferentes casos, como na comparação entre a América Latina e o leste europeu (HERMET, 2001), não significam, no entanto, a existência de um único modo de transição do regime autoritário à democracia. De acordo com Fabiano dos Santos (2000), as distinções entre as transições da terceira onda de democratização se explicam a partir do ritmo da transição e da presença ou ausência dos atores ligados ao regime como participantes deste processo. Para André Marengo dos Santos (2007, p. 89), os três diferentes padrões de transição à democracia (transação, afastamento voluntário ou colapso) dizem respeito à capacidade dos mandatários no poder iniciar e controlar a mudança de regime.

Em uma transição por colapso, os agentes no poder não apenas não detêm os recursos necessários para capitanear a transição, como também enfrentam dificuldades em dar continuidade às suas carreiras políticas, pois são incapazes de evitar a imposição de sanções contra a sua participação neste novo regime. Já em uma transição por transação, como no Brasil, a regra é a negociação de um pacto¹² entre um grupo restrito de atores, o que permite tornar menos brusca a mudança e, portanto, possível o acomodamento no novo regime das forças contra as quais a mudança se faria teoricamente contra. É dessa forma que podemos entender a continuidade das carreiras políticas de ex-arenistas na democracia. Ao deter recursos suficientes, Geisel iniciou o processo de transição – através da distensão “lenta, gradual e segura” – para melhor controlar o curso da mudança e, desta forma, obter ganhos para o seu campo político, como a anistia aplicável, inclusive, às ações repressivas dos agentes da ditadura (ARTURI, p. 2001, p. 18), ou, pelo menos, evitar que os seus quadros sofressem grandes constrangimentos no novo regime (MARQUES, 2010, p. 64). Em realidade, foram mantidos na democracia elementos do sistema político da Ditadura, como a

¹² Por pacto entende-se: “Um acordo explícito, mas nem sempre publicamente explicado ou justificado, entre um conjunto de atores, na busca de definir (ou redefinir) regras cujo sentido orienta seu comportamento político com base em garantias mútuas relativas aos “interesses vitais” dos participantes no pacto” (O’DONNELL, SCHMITTER, 1988, p. 67).

centralidade do Presidente da República, a coalizão enquanto forma de governabilidade, a fragmentação do sistema partidário, a baixa intensidade da cidadania, o arranjo federalista e o caráter regional das alianças políticas nacionais. Esta configuração certamente incentivou a continuação de carreiras de políticos já estabelecidos.

Frente a este cenário de incentivos para a continuidade das carreiras políticas até mesmo dos apoiadores do regime autoritário, é testado o impacto da filiação partidária ao longo da ditadura sobre o empreendimento de continuidade de carreiras políticas na democracia. Este teste foi feito tomando-se em consideração a ocorrência, durante as fases de desagregação e transição do regime ditatorial, de uma diáspora arenista (MADEIRA, 2006) nos novos partidos criados em decorrência da aplicação da reforma partidária de 1979, que se manifestou tanto por antigos membros da ARENA terem investido estas novas formações, como também pela criação de uma nova formação, o PFL, a partir de uma dissidência interna ao antigo partido de sustentação do regime.

Por esta razão, os governadores e senadores eleitos nas três eleições analisadas foram divididos em dois blocos, um primeiro composto pelos apoiadores do regime de 1964 (chamado de regime na tabela abaixo) e um segundo formado pelos opositores deste regime (chamado de oposição na tabela abaixo). O critério de entrada dos eleitos nesses blocos foi, em primeiro lugar, foi a filiação partidária durante o bipartidarismo (1966-1979). Aqueles que ocuparam cargos eletivos pela legenda arenista foram incluídos no bloco regime, enquanto aqueles que o fizeram pela legenda emedebista foram incluídos no bloco oposição. Os eleitos que não haviam ocupado postos eletivos durante o período do bipartidarismo tiveram a sua pertença aos dois blocos considerada a partir do partido pelo qual se elegeram em 1982 ou 1986. Neste caso, o bloco regime é composto pelos eleitos pelo PDS e o bloco oposição, por aqueles pelos demais partidos. Este duplo critério busca melhor capturar os efeitos do fenômeno de diáspora dos ex-arenistas e evitar considerar como opositoristas, indivíduos que haviam construído sua carreira anterior ao cargo em questão pela legenda do regime. Por exemplo, dos 7 senadores eleitos pelo PFL em 1986, 6 haviam exercido mandatos pela ARENA e o PDS antes de aderir à legenda pefelista, assim como 9 senadores eleitos pelo PMDB¹³.

¹³ Dentre os pefelistas temos: Edison Lobão, José Agripino Maia, Divaldo Suruagy, Lourival Batista e Alexandre Costa. Já quanto aos pemedebistas, temos: Afonso Camargo, Rui bacelar, Irapuan Costa Júnior, Francisco Rollemberg, Jutahy Magalhães, João Calmon, Saldanha Daarzi, Louremberg Nunes Rocha e Gerson Camata. Casos semelhantes foram registrados para as eleições aos governos estaduais de 1982, caso de Gerson Camata (PMDB) e de 1986, casos de Antônio Carlos Valadares (PFL), Alberto

A tabela a seguir resume os dados a respeito dos efeitos da filiação partidária sobre a continuidade de carreiras políticas.

Tabela 4 – Partidos políticos, postos ocupados e continuidade de carreiras

Posto	Ano	Bloco partidário	N	Disputa eleição		Vence eleição		Taxa de sucesso (%)
				n	%	n	%	
Governador	1974	Regime	18	7	38,89	5	27,78	71,43
	(N=18)	Oposição	0	0	0	0	0	0
	1982	Regime	13	13	100	13	100	100
	(N=20)	Oposição	7	7	100	6	85,71	85,71
	1986	Regime	6	6	100	4	66,67	66,67
	(N=23)	Oposição	17	16	94,12	13	76,47	81,25
	SUBTOTAL	Regime	37	26	70,27	22	59,46	84,62
	(N=61)	Oposição	24	23	95,83	19	79,17	82,61
Senador	1974	Regime	3	1	33,33	0	0	0
	(N=15)	Oposição	12	7	58,33	4	33,33	57,14
	1982	Regime	12	11	91,67	7	58,33	63,64
	(N=23)	Oposição	11	10	90,91	8	72,73	80
	1986	Regime	17	15	88,24	8	47,06	53,33
	(N=46)	Oposição	29	24	82,76	11	37,93	45,83
	SUBTOTAL	Regime	32	27	84,38	15	46,88	55,56
	(N=84)	Oposição	52	46	88,46	23	44,23	50
TOTAL	Regime	69	53	76,81	37	53,62	69,81	
(N = 145)	Oposição	76	69	90,79	42	55,26	60,87	

Fonte: Autoria própria

Os dados que sobressaem da tabela 4 confirmam a anterior discussão a respeito do caráter pactuado da transição brasileira representar um incentivo para as elites já estabelecidas continuarem a sua presença no novo regime, inclusive, aqueles indivíduos identificadas ao regime então substituído. Isto se dá, pois tanto para o caso dos governadores como para aquele dos senadores as taxas de sucesso dos remanescentes que podem ser identificados com a sustentação do regime foi maior que aquela dos

Silva (PMDB), Fernando Collor (PMDB), Geraldo Melo (PMDB) e Tarcísio Buriti (PMDB). Todos estes eleitos teriam, portanto, tido uma conversão apenas tardia ao campo oposicionista, motivados, muitas vezes, pelas disputas internas nos partidos e pelas novas possibilidades de acomodação de elites locais, regionais e nacionais ocasionadas pelo retorno do multipartidarismo. No sentido contrário, dois senadores eleitos pelo PDS em 1982 (Carlos Alberto e Marcondes Gadelha) haviam construído as suas carreiras pelo MDB antes de terem ingressado no PDS.

opositores a ele, 84,62% contra 82,61% para os primeiros e 22,56% contra 50% para os segundos. Ainda assim, os opositoristas foram mais numerosos que os apoiadores do regime nos empreendimentos tanto de disputar eleições na democracia quanto de vencê-las. É preciso ter em mente, no entanto, que nas eleições de 1974 todos os governadores eleitos eram arenistas, graças ao instituto da eleição indireta, portanto, antes de concluir, interessa compreender o peso dos cargos exercidos sobre a continuidade da carreira política.

4.4 O posto ocupado

Por fim, é testado o peso da ocupação dos mandatos de governador e senador sobre a continuidade de carreiras políticas na democracia. Para tanto, foram reunidos todos os mandatos de governador e senador das eleições de 1974, 1982 e 1986 cujos detentores continuavam vivos no momento da transição. Os resultados podem ser encontrados na tabela abaixo.

Tabela 5 – Posto ocupado e continuidade de carreiras

Posto	N	Disputa eleição		Vence eleição		Taxa de sucesso
		n	%	n	%	
Governador	61	49	80,33	41	67,21	83,67%
Senador	84	68	80,95	38	45,24	55,88%

Fonte: Autoria própria

Sobressai da tabela o fato de uma proporção praticamente igual de governadores e senadores disputar eleições na democracia, assim como que são os primeiros, apesar do menor número de mandatos totais que registram um maior número de eleições na democracia. Isso significa concluir que a taxa de sucesso dos governadores é largamente superior àquela dos senadores.

5 Conclusão

O objetivo do presente texto foi o de explorar o fenômeno de continuidade das carreiras políticas de governadores e senadores brasileiros eleitos em dois regimes

políticos distintos, a saber, a ditadura militar-civil inaugurada pelo golpe de 1964 e o posterior regime democrático regido pela lei constitucional de 1988. Em um primeiro momento, a comunicação buscou melhor compreender os conceitos de transição, liberalização e democratização, o que possibilitou se perceber que ela aborda unicamente os dois primeiros fenômenos, já que a democratização deve ser entendida como um processo permitindo a consolidação da democracia e, portanto, ela não pode ser decretada unicamente quando da realização de eleições. Em verdade, ela deve observar outros critérios, como o respeito aos direitos políticos e às liberdades civis, ao sufrágio quase universal e ao fato das autoridades eleitas realmente governarem.

A principal contribuição da comunicação foi o de apresentar dados sobre a continuidade de carreiras políticas dos governadores e senadores eleitos nos anos de 1974, 1982 e 1986 no regime democrático instaurado após o final do ciclo autoritário, testando algumas hipóteses explicativas da ocorrência deste fenômeno de continuísmo. Em primeiro lugar, comprovou-se que quanto mais próximo da data da transição à democracia, maior é a ocorrência do fenômeno, como testemunha a evolução dos dados entre 1974 e 1986. No entanto, a maior incidência do fenômeno se deu nas eleições de 1982, o que sublinhou a necessidade de serem testadas outras hipóteses explicativas. Revelou-se, assim, que há uma maior proporção de ex-arenistas e ex-membros do PDS que alcançaram cargos eletivos na democracia, em comparação aos seus pares oposicionistas. Portanto, os dados de 1982 sobre a continuidade de carreiras políticas podem ser mais significativos justamente em função da maior presença de eleitos pelo PDS e de antigos apoiadores do regime, que haviam tomado parte na diáspora arenista quando do retorno ao multipartidarismo, nas eleições deste ano. Ainda, confirmou-se que a idade é um fator de incentivo à disputa eleitoral, pois a proporção de eleitos mais jovens candidatos e vencedores de eleições na democracia é maior que aquela dos mais velhos, e que a ocupação de um mandato de governador, em comparação a do de senador, aumenta as chances de eleição na democracia.

Ao total, o teste dessas três hipóteses permite desenhar o seguinte quadro. Por um lado, o perfil com maior probabilidade de disputar eleições na democracia é o de eleito jovem, por partidos oposicionistas ao regime ditatorial militar-civil e que exerceu o posto de senador na ditadura. Por outro lado, o perfil com maior probabilidade de vencer eleições na democracia é o do eleito jovem, por partidos de sustentação do regime e que tenha exercido o posto de governador.

Referências bibliográficas

ARTURI, Carlos. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista Sociologia e Política**, v. 17, 2001, p. 11-31.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, 2005, p. 83-106.

COSTA, Luiz Domingos et al. O desenho e as fontes da pesquisa com elites parlamentares brasileiras no século XX. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (Orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Editora da UFPR, 2015, p. 63-92.

FERREIRA, Denise Paiva. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, 2008, p.432-453,.

HERMET, Guy. As transições democráticas no século XX: comparação entre América Latina e Leste Europeu. In: ABREU, A. (Org.). **Transição em fragmentos: desafio da democracia no final do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 13-35.

HUNTINGTON, Samuel. Democracy third wave. **Journal of Democracy**, v. 2, n.2, 1991, p. 12-34.

KINZO, Maria D’Alva Gil. Novos partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, Bolivar (Org.). **Voto de desconfiança**. Eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 217-238.

KINZO, Maria d’Alva Gil. o legado oposicionista do MDB: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). **21 Anos de regime militar**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 142-153.

KRIEGER, Daniel. **Desde as Missões...** Saudades, Lutas, Esperanças. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976, 398 p.

MADEIRA, Rafael Machado. **Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro**. 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MADEIRA, Rafael Machado; GERARDI, Dirceu André. O regime civil-militar e a política local: uma proposta de tipologia para a análise de recrutamento e padrões de carreira de prefeitos nomeados no Rio Grande do Sul. **Teoria & Política: Revista de Ciência Política**, v. 23, n. 2, 2014, p. 150-177.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN. Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 44, n. 4, 2001, p. 645-687.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Transições políticas na América Latina em perspectiva comparada. **Pensamento Plural**, v. 6, 2010, p. 57-69.

MATHIAS, Suzeley Kalil. O projeto militar de distensão: notas sobre a ação política do Presidente Geisel. **Revista de Sociologia e Política**, n. 4/5, 1995, p. 149-159.

NEIVA, Pedro Robson Pereira. Coesão e disciplina no Senado Federal. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 2, 2011, p. 289-318.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Vértice, 1988. 354 p.

SANTOS, André Marenco dos. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, C. R.; SAÉZ, M. A. (Orgs.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SANTOS, Fabiano. Escolhas Institucionais e Transição por Transação: Sistemas Políticos de Brasil e Espanha em perspectiva comparada. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 43, n. 4, 2000.

Lista de Siglas dos Partidos Políticos

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PMB – Partido Municipalista Brasileiro

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

UDN – União Democrática Nacional